



ESTRATÉGIAS
DE APROVAÇÃO

**Edital Guia para estudo
do curso de DIREITO e
preparação para a prova da**

OAB

Elaborado por

**Bárbara Souza e
Alexandre dos Anjos**

com base nos conteúdos recentes da prova da FGV e complementos

Revisado por

Victor Ribeiro

OAB é tranquilo. É simplesmente o conteúdo da Graduação!

Mas, quando tentamos reunir 5 anos de estudo em um único dia, o pensamento de um conteúdo imenso nos sobrecarrega. Eu acredito que qualquer graduado tem total condição de ser aprovado na OAB. Tanto por eu próprio conduzir o treinamento Estratégias de Aprovação para concursos (com mais de 90% de aprovação na OAB), como por ter acompanhado o resultado dos dois compiladores desse edital guia, aprovados na OAB enquanto ainda estavam na faculdade.

Uma taxa de 85% de reprovação para os recém graduados só tem uma explicação: os graduados não tem absoluta certeza do conteúdo que foi ensinado durante a graduação e não souberam como aprendê-lo efetivamente.

Diferente de um concurso com vagas limitadas, na qual cada aprovado deixa um concorrente de fora, a aprovação na OAB traz apenas um concorrente: VOCÊ.

Conhecendo a Fórmula da Aprovação®, as estratégias de aprovação e agora com um edital guia pré-organizado, você, participante do Estratégias de Aprovação EVOLUTION, tem em mãos um guia que te servirá não apenas para a OAB, mas para vários concursos de ponta!

Aproveite e, por que não, deixe um agradecimento aos autores pelas horas dedicadas!

barbaramsousa22@gmail.com e alex.dosanjos02@gmail.com

ALERTA:

O conteúdo levantado foi feito com base na graduação e na prova de segunda fase. Ainda que seja bastante extenso, garanta que saiba, para cada item, a resposta para as 3 perguntas! Você matará vários itens por sessão de estudo e traçará as bases para sua próxima aprovação. Imprima, estude os itens, resuma, tique!

Victor Ribeiro

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição:
conceito,
classificação e
elementos.
2. Aplicabilidade das normas constitucionais e
eficácia das normas constitucionais.
3. Histórico das Constituições Brasileiras.
4. Neoconstitucionalismo.
5. Do poder constituinte:
originário,
derivado e
decorrente.
6. Da interpretação da norma constitucional.
7. Controle de Constitucionalidade:
conceito,
espécies,
momentos de controle,
sistemas de controle judicial
 - 7.1. Ação Direita de Inconstitucionalidade.
 - 7.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
 - 7.3. Ação declaratória de constitucionalidade.
 - 7.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - 7.5. O Processo de Julgamento da ADI, ADC e ADO (Lei Federal 9.868/99,
com redação dada pela Lei Federal 12.063/09).
 - 7.6. O Processo de Julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito
Fundamental (Lei Federal 9.882/99)
8. Preâmbulo Constitucional
9. Dos Princípios Fundamentais.
10. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
11. Tutela Constitucional das Liberdades:
 - 11.1. Habeas Corpus.
 - 11.2. Habeas Data (Lei Federal 9.507/97).
 - 11.3. Mandado de Segurança Individual e
Mandado de Segurança Coletivo (Lei Federal 12.016/09).
 - 11.4. Mandado de Injunção.
 - 11.5. Direito de Certidão.
 - 11.6. Direito de Petição.
 - 11.7. Ação Popular (Lei Federal 4.717/65).
12. Direitos Sociais.
13. Direito de Nacionalidade.
14. Direitos Políticos.
15. Divisão Espacial do Poder.
Organização do Estado:
 - 15.1. União.
 - 15.2. Estados Federados.
 - 15.3. Municípios.
 - 15.4. Distrito Federal e
Territórios.
16. Da intervenção.
17. Administração Pública.
18. Organização dos Poderes.

- 18.1. Poder Legislativo.
 - 18.1.2. Processo Legislativo.
- 18.2. Poder Executivo.
- 18.3. Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça.
- 19. Da Tributação e do Orçamento: Sistema Tributário Nacional.
- 20. Sistema Orçamentário e Finanças Públicas.
- 21. Defesa do Estado e Defesa das Instituições Democráticas.
- 22. Ordem Econômica e Financeira.
 - 22.1. Princípios Gerais da Atividade Financeira.
- 23. Ordem Social.
- 24. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- 25. Ações de rito ordinário, Ações de rito sumário e Ações de rito especial.
 - Petição inicial.
 - Defesas do Réu: contestação, exceções, reconvenção.
 - Recursos.
 - Reclamação.
 - Representação.
 - Tutelas de urgência: tutela antecipada, tutelas cautelares.

DIREITO ADMINISTRATIVO:

- 1 Princípios, fontes e interpretação.
- 2 Atividade administrativa e estrutura administrativa.
Organização administrativa brasileira.
 - 2.1 Terceiro setor.
- 3 Poderes administrativos:
poderes do administrador público e deveres do administrador público, uso do poder e abuso do poder, vinculação e discricionariedade.
 - 3.1 Poder hierárquico.
 - 3.2 Poder disciplinar e processo administrativo disciplinar.
 - 3.3 Poder regulamentar.
 - 3.4 Poder de polícia.
- 4 Atos administrativos:
conceito, atributos, classificação, espécies, extinção.
- 5 Licitações e contratos.
- 6 Serviços públicos.
 - 6.1 Serviços delegados, convênios e consórcios.
 - 6.2 Agências Reguladoras.
 - 6.3 Parcerias público-privadas.
- 7 Agentes públicos:
espécies, regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades.
 - 7.1 Teto remuneratório.
- 8 Domínio público:
afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição e alienação, utilização dos bens públicos pelos particulares.
- 9 Intervenção estatal na propriedade:
desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação, tombamento.

- 10 Intervenção estatal no domínio econômico:
repressão ao abuso do poder econômico.
- 11 Controle da Administração Pública:
controle administrativo,
controle legislativo,
controle externo a cargo do Tribunal de Contas,
controle judiciário.
 - 11.1 A Administração em juízo.
- 12 Improbidade administrativa:
Lei 8.429/92.
- 13 Abuso de autoridade:
Lei 4.898/65.
- 14 Responsabilidade civil do Estado:
previsão,
elementos,
excludentes,
direito de regresso.
- 15 A prescrição no direito administrativo.
- 16 Aplicabilidade das leis de processo Administrativo:
direito de petição,
recursos administrativos,
pareceres.
- 17 Ações constitucionais:
mandado de segurança individual e
mandado de segurança coletivo,
habeas data,
habeas corpus,
ação popular,
ação civil pública.
- 18 Ações de rito ordinário,
Ações de rito sumário e
Ações de rito especial.
 - 18.1 Petição inicial.
 - 18.2 Defesas do Réu:
contestação,
exceções,
reconvenção.
Provas.
 - 18.3 Recursos.
 - 18.4 Reclamação.
 - 18.5 Cumprimento de sentença e
processo de execução.
 - 18.6 Tutelas de urgência:
tutela antecipada,
tutelas cautelares.
 - 18.7 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.

DIREITO CIVIL:

- 2 Pessoa natural e Direitos da personalidade.
- 3 Pessoa jurídica.
- 4 Bens.
- 5 Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos.
- 6 Prescrição e Decadência.
- 7 Teoria Geral das Obrigações.
- 8 Atos Unilaterais.
- 9 Teoria do Contrato.
- 10 Contratos em espécie.
- 11 Teoria da Responsabilidade civil.
- 12 Modalidades de Responsabilidade civil e Modalidades de reparação.
- 13 Posse.
- 14 Direitos Reais
- 15 Casamento, União Estável e Monoparentalidade.
- 16 Dissolução do Casamento e Dissolução da União Estável.
- 17 Parentesco.
- 18 Poder Familiar.
- 19 Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares.
- 20 Alimentos.
- 21 Sucessão legítima.
- 22 Sucessão testamentária e disposições de última vontade.
- 23 Leis Civis Especiais.
- 24 Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

- 3 Movimentos de acesso à justiça e a busca pela efetividade do processo.
- 4 Princípios Gerais do Direito Processual Civil.
- 5 A Norma Processual.
- 6 Jurisdição.
- 7 Desjudicialização.
- 8 Organização Judiciária Federal e Organização Judiciária Estadual.
- 9 Conselho Nacional de Justiça.
- 10 Ação.
- 11 Direito de defesa.
- 12 Competência.
- 13 Sujeitos do Processo:
 - Juiz.
 - Partes.
- 14 Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros.
- 15 Intervenção anômala da União.
- 16 Amicus Curiae.
- 17 O Advogado e o Estatuto da OAB.
- 18 Advocacia Pública. Defensoria Pública.
- 19 O Juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura.
- 20 Os auxiliares da Justiça.
- 21 O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico:
 - O M.P. na Constituição de 1988 e a participação do M.P. no CPC.
- 22 Processo.
 - Classificação dos Processos:
 - processo de conhecimento.
 - 22.1 Processo cautelar.
 - 22.2 Processo de execução.
 - 22.3 Modalidades de procedimentos.
- 23 Aspectos Econômicos e Aspectos Éticos do Processo:
 - O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes (Lei 1.060/50 e seu procedimento).
 - 23.1 A Repressão à má-fé na relação processual.
 - 23.2 Responsabilidade por dano processual.
- 24 Processo Eletrônico.
 - 24.1 A Lei 11.419/2006 e a posição do CNJ.
- 25 Atos Processuais.
 - 25.1 Teoria Geral e Espécies.
 - Nulidades.
- 26 Relação Jurídica Processual e Pressupostos Processuais.

- 27 Objeto da Cognição:
 - Questões Prévias.
 - 27.1 Conceito.
 - 27.2 Questão Prévia Preliminar.
 - 27.3 Questão Prévia Prejudicial.
 - 27.4 Questão Principal.
- 28 Juizados Especiais Cíveis.
 - Juizados Especiais Federais.
 - 28.1 Juizados da Fazenda Pública.
- 29 Tutela Coletiva.
 - 29.1 Espécies de direitos metaindividuais.
 - 29.2 Princípios da tutela coletiva.
 - 29.3 Inquérito civil.
 - 29.4 Termo de Ajustamento de Conduta.
 - 29.5 Audiência Pública.
 - 29.6 Recomendação.
 - 29.7 Ação de Improbidade Administrativa e a Lei 8.429/92.
 - 29.8 Ações Coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e Ações Coletivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).
- 30 Ações Constitucionais:
 - Mandado de segurança individual.
 - 30.1 Mandado de Segurança Coletivo.
 - 30.2 Mandado de injunção.
 - 30.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ação Declaratória de Inconstitucionalidade.
 - 30.4 Ação de inconstitucionalidade por omissão.
 - 30.5 Habeas data.
 - 30.6 Ação Popular.
 - 30.7 Ação civil pública.
 - 30.8 Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- 31 Mecanismos de Solução Alternativa de Conflitos:
 - Negociação.
 - Conciliação.
 - 31.1 Mediação.
 - 31.2 Arbitragem e a Lei 9.307/96.
 - 31.3 A conciliação e a mediação judiciais.
 - 31.4 A Resolução 125/10 do CNJ.
- 32 Processo de conhecimento.
 - 32.1 Petição Inicial.
 - 32.2 Valor da causa.
- 33 Citação.
 - 33.1 Efeitos da citação.
 - Modalidades:
 - correio,
 - oficial de justiça,
 - hora certa,
 - edital,

- eletrônica.
- 34 Formação e suspensão do processo.
 - 34.1 Estabilização da demanda.
 - 34.2 Suspensão própria e Suspensão imprópria.
- 35 Resposta do réu.
 - 35.1 Espécies de defesa.
 - 35.2 Exceção.
 - 35.3 Contestação.
 - 35.4 Reconvenção.
- 36 Impugnação ao valor da causa.
 - 36.1 Impugnação à concessão da gratuidade de justiça.
 - 36.2 Revelia.
- 37 Providências Preliminares.
 - 37.1 Efeitos da revelia.
 - 37.2 Declaração incidental.
 - 37.3 Fatos impeditivos, Fatos modificativos e Fatos extintivos do pedido.
 - 37.4 Alegações do réu.
- 38 Julgamento conforme o estado do processo:
 - Extinção do processo.
 - 38.1 Julgamento antecipado da lide.
 - 38.2 Audiência preliminar.
 - 38.3 Despacho saneador.
- 39 Extinção com resolução de mérito e Extinção sem resolução de mérito.
 - 39.1 Sentença definitiva e Sentença terminativa.
 - 39.2 Coisa julgada material e Coisa julgada formal.
- 40 Tutelas de Urgência:
 - Tutela Antecipada,
 - Tutela Cautelar e
 - Tutela Inibitória.
 - 40.1 A tutela antecipada em face da Fazenda Pública e a Lei 9.494.
- 41 Teoria Geral das Provas.
 - 41.1 Meios de prova.
 - 41.2 Ônus da prova.
 - 41.3 Provas Ilícitas.
 - 41.4 Prova emprestada.
 - 41.5 Prova indiciária.
 - 41.6 Sistema de valoração da prova.
 - 41.7 Fases do procedimento probatório.
 - 41.8 Poderes probatórios do juiz.
- 42 Provas em espécie.
- 43 Audiência de instrução e julgamento (AIJ).
- 44 Procedimentos:
 - Procedimento comum e
 - Procedimento especial.

- 44.1 Procedimento comum ordinário.
- 44.2 Procedimento sumário.
- 45 Sentença.
 - 45.1 Elementos essenciais da sentença.
 - 45.2 Sentença liminar.
 - 45.3 Tutela específica da obrigação de fazer,
Tutela específica da obrigação de não fazer,
Tutela específica da obrigação de entrega da coisa.
- 46 Coisa Julgada.
 - 46.1 Formação.
 - 46.2 Limites objetivos da coisa julgada e
Limites subjetivos da coisa julgada.
 - 46.3 Preclusão.
- 47 Teoria Geral dos Recursos
 - Legitimidade para recorrer e
Interesse para recorrer.
 - 47.1 Princípios relativos aos recursos.
- 48 Remessa Necessária e Recursos em Espécie.
 - 48.1 Apelação.
 - 48.2 Agravo.
 - 48.3 Agravo Interno ou Regimental.
 - 48.4 Agravo de Instrumento.
 - 48.5 Agravo Retido.
 - 48.6 Embargos Infringentes.
 - 48.7 Embargos de Declaração.
 - 48.8 Embargos de declaração com efeitos infringentes.
 - 48.9 Embargos de declaração prequestionatórios.
 - 48.10 Embargos de declaração protelatórios.
 - 48.11 Uso dos meios eletrônicos.
- 49 Recursos para o Supremo Tribunal Federal e Recursos para o Superior Tribunal de Justiça.
 - 49.1 O uso do processo eletrônico pelos Tribunais Superiores.
- 50 Da Ordem dos Processos no Tribunal.
 - 50.1 Criação de súmulas no Direito Brasileiro.
 - 50.2 A Lei 8.038 e
as normas procedimentais nos tribunais superiores.
 - 50.3 A Lei 8.658:
aplicação da Lei 8.038 aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais.
- 51 Incidentes e Ações.
 - 51.1 Uniformização de Jurisprudência.
 - 51.2 Declaração de Inconstitucionalidade.
 - 51.3 Homologação de Sentença Estrangeira.
 - 51.4 Ação Rescisória.
 - 51.5 Ação anulatória.
 - 51.6 A Reclamação no Direito Brasileiro.
- 52 Teoria geral da execução.
 - 52.1 Princípios da Execução.
 - 52.2 Meios de execução.
 - 52.3 As partes na relação processual executiva.

- 52.4 Liquidação de Sentença.
- 52.5 Requisitos da Execução.
- 52.6 Inadimplemento do devedor.
- 52.7 Título Executivo.
- 52.8 Modalidades de Título Executivo Judicial e Modalidades de Título Executivo Extrajudicial.
- 52.9 Cumulação de Execuções.
- 52.10 Responsabilidade Patrimonial.
- 53 Suspensão da Execução e Extinção da Execução.
- 54 Defesa do Executado:
 - A impugnação.
 - 54.1 A defesa do Executado na Execução Extrajudicial.
 - 54.2 Embargos à Execução contra a Fazenda Pública.
 - 54.3 Embargos à Execução por Carta.
 - 54.4 A Defesa do Executado contra Arrematação, A Defesa do Executado contra Adjudicação e A Defesa do Executado contra Alienação.
 - A Defesa do Executado contra Exceção ou Objeção de Pré-Executividade.
- 55 Teoria Geral do Processo Cautelar.
 - 55.1 Medidas cautelares específicas.
- 56 Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa.
- 57 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.
- 58 Procedimentos especiais previstos em legislação extravagante:
 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - 58.1 Execução Fiscal.
 - 58.2 Locações.
 - 58.3 Desapropriação.
 - 58.4 Despejos.
 - 58.5 Ação de Consignação de Aluguéis e de Acessórios da Locação.
 - 58.6 Revisional de Aluguel.
 - 58.7 Renovatória de Locação.
 - 58.8 A cobrança de crédito hipotecário do Sistema Financeiro de Habitação.
 - 58.9 Usucapião no Estatuto da Cidade.
 - 58.10 Alienação fiduciária em garantia.
 - 58.11 Ação de Alimentos.
 - 58.12 Ação de separação e de divórcio.
 - 58.13 Registros Públicos.
 - 58.14 As medidas previstas na Lei 11.340/2006.
 - 58.15 O procedimento do Divórcio Direto e a Emenda Constitucional nº 66/2010.

DIREITO PENAL:

- 4 Princípios penais e constitucionais.
- 5 Aplicação da Lei Penal.
 - 5.1 Lei Penal no Tempo;
 - 5.2 Lei Penal no Espaço.
- 6 Teoria Geral do Delito;
 - 6.1 Conduta;
 - 6.2 Relação de Causalidade;
 - 6.2.1 Teoria da imputação objetiva;
 - 6.3 Tipo penal doloso;

- 6.4 Tipo penal culposo;
- 6.5 Tipicidade;
- 6.6 Antijuridicidade;
- 6.7 Culpabilidade;
- 6.8 Consumação e tentativa;
- 6.9 Desistência Voluntária;
- 6.10 Arrependimento eficaz;
- 6.11 Arrependimento posterior;
- 6.12 Crime impossível;
- 6.13 Erro de tipo;
- 6.14 Erro de proibição;
- 6.15 Erro de tipo permissivo.
- 7 Concurso de Pessoas.
- 8 Penas e seus critérios de aplicação;
 - 8.1 Origens e Finalidades da pena;
 - 8.2 Espécies de penas;
 - 8.3 Aplicação da pena;
 - 8.4 Concurso de crimes;
 - 8.5 Suspensão condicional da pena.
- 9 Efeitos da condenação.
- 10 Reabilitação.
- 11 Medidas de segurança;
 - 11.1 Execução das medidas de segurança.
- 12 Causas Extintivas de Punibilidade.
- 13 Ação Penal.
- 14 Crimes em espécie.
- 15 Execução Penal;
 - 15.1 Livramento condicional;
 - 15.2 Progressão de regime e regressão de regime;
 - 15.3 Remição;
 - 15.4 Detração;
 - 15.5 Incidentes de execução.
- 16 Leis Penais Especiais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

- 1 Princípios constitucionais e Princípios processuais penais.
- 2 Inquérito Policial e Ação Penal.
- 3 Denúncia, Queixa-crime e representação.
- 4 Ação Civil ex delicto.
- 5 Jurisdição e Competência.
- 6 Questões Incidentes e Processos Incidentes.
- 7 Direito Probatório.
- 8 Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e do Defensor, dos Assistentes e dos Auxiliares da Justiça.
- 9 Atos de comunicação no processo – Das citações e intimações.
- 10 Atos judiciais – Despacho, decisão e sentença.
- 11 Da Prisão e demais Medidas Cautelares
12. Liberdade Provisória.
- 13 Procedimentos do CPP.
- 14 Procedimentos especiais na legislação extravagante.
- 15 Nulidades.
- 16 Recursos.
- 17 Ações Autônomas de Impugnação.

DIREITO DO TRABALHO:

- 1 Direito do Trabalho:
 - conceito,
 - características,
 - divisão,
 - natureza,
 - funções,
 - autonomia.
- 2 Fundamentos do Direito do Trabalho e formação histórica do Direito do Trabalho.
 - 2.1 Tendências atuais do Direito do Trabalho.
 - 2.2 Flexibilização.
 - 2.3 Desregulamentação.
- 3 Fontes formais do Direito do Trabalho.
 - Conceito,
 - classificação e hierarquia.
 - 3.1 Conflitos e suas soluções.
- 4 Hermenêutica:
 - interpretação,
 - integração e aplicação do Direito do Trabalho.
 - 4.1 Métodos básicos de exegese.
 - 4.2 O papel da equidade.
 - 4.3 Eficácia das normas trabalhistas no tempo e Eficácia das normas trabalhistas no espaço.
 - 4.4 Revogação.
 - 4.5 Irretroatividade.
 - 4.6 Direito adquirido.
- 5 Princípios do Direito do Trabalho.
 - 5.1 Princípios constitucionais do Direito do Trabalho.
 - 5.2 Distinção entre princípio e norma.
- 6 Renúncia no Direito do Trabalho e transação no Direito do Trabalho.
 - 6.1 Comissões de Conciliação Prévia.
- 7 Relação de trabalho e relação de emprego.
 - 7.1 Estrutura da relação empregatícia:
 - elementos componentes;
 - natureza jurídica.
- 8 Relações de trabalho lato sensu:
 - trabalho autônomo,
 - eventual,
 - temporário,
 - avulso.
 - 8.1 Portuário. Lei nº 8.630/93.
 - 8.2 Estágio.
 - Cooperativas de mão de obra.
 - 8.3 Contratos de trabalho por equipe.
- 9 Empregado:
 - conceito,

- caracterização.
- 9.1 Altos empregados:
 - trabalhadores intelectuais,
 - exercentes de cargos de confiança.
 - 9.2 Os diretores e os sócios.
 - 9.3 Mãe social.
 - 9.4 Índios.
 - 9.5 Aprendiz.
- 10 Empregado doméstico:
conceito,
caracterização,
Lei Federal 5.859/72.
- 11 Empregador:
conceito,
caracterização.
- 11.1 Cartório não oficializado.
 - 11.2 Empresa e estabelecimento.
 - 11.3 Grupo econômico.
 - 11.4 Sucessão de empregadores.
 - 11.5 Consórcio de empregadores.
 - 11.6 Situações de responsabilização empresarial.
- 12 Trabalho rural:
empregador,
empregado e
trabalhador rural.
- 12.1 Normas de proteção ao trabalhador rural.
- 13 Terceirização no Direito do Trabalho.
- 13.1 Terceirização lícita e Terceirização ilícita.
 - 13.2 Trabalho temporário.
 - 13.3 Entes estatais e terceirização.
 - 13.4 Responsabilidade na terceirização.
- 14 Contrato de emprego:
denominação,
conceito,
classificação,
caracterização.
- 14.1 Trabalho voluntário.
 - 14.2 Morfologia do contrato.
 - 14.3 Elementos integrantes:
 - essenciais,
 - naturais,
 - acidentais.
 - 14.4 Contratos especiais de trabalho.
- 15 Modalidades de contratos de emprego.
- 15.1 Tipos de contratos a termo.
 - 15.2 Contrato de experiência e período de experiência.
 - 15.3 Contrato de emprego e contratos afins.

- 15.4 Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, contratos de trabalho e empreitada, contratos de trabalho e representação comercial, contratos de trabalho e mandato, contratos de trabalho e sociedade e contratos de trabalho e parceria.
- 15.5 Pré- contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos.
- 16 Formas de invalidade do contrato de emprego.
 - 16.1 Nulidades: total e parcial.
 - 16.2 Trabalho ilícito e trabalho proibido.
 - 16.3 Efeitos da declaração de nulidade.
- 17 Trabalho infantil.
 - 17.1 Conceito e normas legais aplicáveis.
 - 17.2 Penalidades.
 - 17.3 Efeitos da contratação.
 - 17.4 Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente.
 - 17.5 Tratamento legal e constitucional.
 - 17.6 Os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente: composição e atribuições.
- 18 Normas de proteção ao trabalhador adolescente.
 - 18.1 Limites à contratação.
 - 18.2 Estágio e aprendizagem: conceitos, distinção e características.
 - 18.3 Direitos do estagiário e do aprendiz.
 - 18.4 Requisitos para a adoção válida dos regimes de estágio e de aprendizagem.
 - 18.5 Trabalho Voluntário.
- 19 Efeitos do contrato de emprego: direitos, deveres e obrigações das partes.
 - 19.1 Efeitos conexos do contrato: direitos intelectuais; invenções do empregado; direitos autorais e propriedade intelectual; indenizações por dano moral e indenizações por dano material.
 - 19.2 Os poderes do empregador no contrato de emprego:

- diretivo,
 regulamentar,
 fiscalizatório e
 disciplinar.
- 20 Duração do trabalho.
 - 20.1 Fundamentos e objetivos.
 - 20.2 Jornada de trabalho e horário de trabalho.
 - 20.3 Trabalho extraordinário.
 - 20.4 Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas.
 - 20.5 Banco de horas.
 - 20.6 Horas in itinere.
 - 20.7 Empregados excluídos do direito às horas extras.
 - 20.8 Art. 62 da CLT.
 - 20.9 Jornadas especiais de trabalho.
 Bancário.
 - 20.10 Função de confiança.
 - 20.11 Trabalho em regime de revezamento e Trabalho em regime de tempo parcial.
- 21 Repousos.
 - 21.1 Repousos intrajornada e Repousos interjornada.
 - 21.2 Repouso semanal e Repouso em feriados.
 - 21.3 Remuneração simples e Remuneração dobrada.
 - 21.4 Descanso anual:
 férias.
- 22 Remuneração e salário:
 conceito,
 distinções.
 - 22.1 Gorjetas.
 - 22.2 Caracteres e classificação do salário.
 - 22.3 Composição do salário.
 - 22.4 Modalidades de salário.
 - 22.5 Adicionais.
 - 22.6 Gratificação.
 - 22.7 Comissões.
 - 22.8 13º salário.
 - 22.9 Parcelas não-salariais.
 - 22.10 Salário e indenização.
 - 22.11 Salário in natura e utilidades não salariais.
- 23 Formas de pagamento do salário e meios de pagamento do salário.
 - 23.1 Proteção ao salário.
- 24 Equiparação salarial.
 - 24.1 O princípio da igualdade de salário.
 - 24.2 Desvio de função.

- 25 Alteração do contrato de emprego.
 - 25.1 Alteração unilateral e Alteração bilateral.
 - 25.2 Transferência de local de trabalho.
 - 25.3 Remoção.
 - 25.4 Reversão.
 - 25.5 Promoção e rebaixamento.
 - 25.6 Alteração de horário de trabalho.
 - 25.7 Redução de remuneração.
 - 25.8 Jus variandi.
- 26 Interrupção do contrato de trabalho e suspensão do contrato de trabalho: conceito, caracterização, distinções.
 - 26.1 Situações tipificadas e Situações controvertidas.
- 27 Cessação do contrato de emprego: causas e classificação.
 - 27.1 Rescisão unilateral: despedida do empregado.
 - 27.2 Natureza jurídica da despedida.
 - 27.3 Limites.
 - 27.4 Rescisão unilateral: demissão do empregado.
 - 27.5 Aposentadoria.
 - 27.6 Força maior.
 - 27.7 Factum principis.
 - 27.8 Morte.
 - 27.9 Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato.
 - 27.10 Despedida indireta.
 - 27.11 Falta grave.
 - 27.12 Justa causa.
 - 27.13 Princípios.
 - 27.14 Espécies.
- 28 Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego.
 - 28.1 Indenização por tempo de serviço: conceito e fundamento jurídico.
 - 28.2 Indenização nos casos de contrato a termo.
 - 28.3 Aviso prévio.
 - 28.4 Multa do art. 477 da CLT.
 - 28.5 Procedimentos concernentes à cessação do contrato e direitos concernentes à cessação do contrato.
 - 28.6 Homologação.
 - 28.7 Quitação.
 - 28.8 Eficácia liberatória.
- 29 Estabilidade e garantias provisórias de emprego: conceito,

- caracterização e distinções.
- 29.1 Formas de estabilidade.
- 29.2 Teoria da nulidade da despedida arbitrária.
- 29.3 Renúncia à estabilidade.
- 29.4 Homologação.
- 29.5 Despedida de empregado estável.
- 29.6 Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa: readmissão e reintegração.
- 29.7 Indenizações rescisórias.
- 29.8 Despedida obstativa.
- 30 O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- 31 Prescrição no Direito do Trabalho e decadência no Direito do Trabalho.
- 32 Segurança e higiene do trabalho.
 - 32.1 Labor em circunstâncias agressoras da saúde e Labor em circunstâncias agressoras da segurança do empregado.
 - 32.2 Periculosidade e insalubridade.
 - 32.3 Trabalho da criança, Trabalho do menor e Trabalho da mulher.
 - 32.4 A discriminação no contrato de trabalho.
 - 32.5 Trabalho noturno.
- 33 Direito Coletivo do Trabalho: definição, denominação, conteúdo, função.
 - 33.1 Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução.
 - 33.2 Direito Coletivo: o problema das fontes normativas e dos princípios jurídicos.
- 34 Liberdade sindical.
 - 34.1 Convenções 87 e 98 da OIT.
 - 34.2 Organização sindical.
 - 34.3 Modelo sindical brasileiro.
 - 34.4 Conceito de categoria.
 - 34.5 Categoria profissional diferenciada.
 - 34.6 Dissociação de categorias.
 - 34.7 Membros da categoria e sócios do sindicato.
- 35 Entidades sindicais: conceito, natureza jurídica, estrutura, funções, requisitos de existência e requisitos de atuação, prerrogativas e limitações.
 - 35.1 Garantias sindicais.
 - 35.2 Sistemas sindicais: modalidades de estruturação sindical e

- critérios de estruturação sindical;
o problema no Brasil.
- 36 Negociação coletiva.
 - 36.1 Função.
 - 36.2 Níveis de negociação.
 - 36.3 Instrumentos normativos negociados:
acordo coletivo e
convenção coletiva de trabalho.
 - 36.4 Efeitos das cláusulas.
 - 36.5 Cláusulas obrigacionais e
cláusulas normativas.
 - 36.6 Incorporação das cláusulas nos contratos de emprego.
- 37 Mediação no Direito do Trabalho e
arbitragem no Direito do Trabalho.
 - 37.1 Poder normativo da Justiça do Trabalho.
- 38 Atividades do Sindicato.
 - 38.1 Condutas antissindicais:
espécies e
consequências.
- 39 A greve no direito brasileiro.
- 40 Direitos e interesses difusos na esfera trabalhista,
Direitos e interesses coletivos na esfera trabalhista e
Direitos e interesses individuais homogêneos na esfera trabalhista.
- 41 Fiscalização e Multas aplicadas pelos órgãos da fiscalização do Trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:

- 1 Direito Processual do Trabalho.
 - 1.1 Princípios.
 - 1.2 Fontes.
 - 1.3 Autonomia.
 - 1.4 Interpretação.
 - 1.5 Integração.
 - 1.6 Eficácia.
- 2 Organização da Justiça do Trabalho.
 - 2.1 Composição, funcionamento, jurisdição e competência de seus órgãos.
 - 2.2 Os juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista.
- 3 O Ministério Público do Trabalho.
 - 3.1 Organização.
 - 3.2 Competência.
 - 3.3 Atribuições.
 - 3.4 Lei Complementar nº 75/93.
 - 3.5 Inquérito civil público.
- 4 Competência da Justiça do Trabalho:
em razão da matéria,
em razão das pessoas,
em razão da função e
em razão do lugar.
 - 4.1 Competência Internacional.
 - 4.2 Conflitos de Competência.
- 5 Partes,
procuradores,
representação,
substituição processual e
litisconsórcio.
 - 5.1 Assistência Judiciária.
 - 5.2 Justiça Gratuita.
 - 5.3 Jus Postulandi.
 - 5.4 Mandato tácito.
- 6 Atos,
termos e
prazos processuais.
 - 6.1 Despesas processuais.
 - 6.2 Responsabilidade.
 - 6.3 Custas e emolumentos.
 - 6.4 Comunicação dos atos processuais.
 - 6.5 Notificação.
 - 6.6 Art. 769/CLT e a aplicação do Direito Comum e Direito Processual Comum.
- 7 Vícios do ato processual.
 - 7.1 Espécies.
 - 7.2 Nulidades no processo do trabalho:
extensão,
princípios,

- arguição,
declaração e
efeitos.
- 7.3 Preclusão.
- 8 Dissídio individual e
dissídio coletivo.
 - 8.1 Distinção.
 - 8.2 Dissídio individual:
procedimento comum e
procedimento sumaríssimo.
 - 8.3 Petição inicial:
requisitos,
emenda,
aditamento,
indeferimento.
 - 8.4 Pedido.
- 9 Audiência.
 - 9.1 “Arquivamento”.
 - 9.2 Conciliação.
 - 9.3 Resposta do reclamado.
 - 9.4 Defesa direta e indireta.
 - 9.5 Revelia.
 - 9.6 Exceções.
 - 9.7 Contestação.
 - 9.8 Compensação.
 - 9.9 Reconvenção.
- 10 Provas no processo do trabalho:
princípios,
peculiaridades,
oportunidade e
meios.
 - 10.1 Interrogatórios.
 - 10.2 Confissão e consequências.
 - 10.3 Documentos.
 - 10.4 Oportunidade de juntada.
 - 10.5 Incidente de falsidade.
 - 10.6 Perícia.
 - 10.7 Sistemática de realização das perícias.
 - 10.8 Testemunhas.
 - 10.9 Compromisso,
impedimentos e
consequências.
 - 10.10 Ônus da prova no processo do trabalho.
- 11 Sentença nos dissídios individuais.
 - 11.1 Honorários periciais e
Honorários advocatícios.
 - 11.2 Termo de conciliação e seus efeitos:
perante as partes e
perante terceiros.
 - 11.3 INSS.
- 12 Sistema recursal trabalhista.
 - 12.1 Princípios,

- procedimento e efeitos dos recursos.
- 12.2 Recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento e embargos de declaração.
- 12.3 Recurso adesivo.
- 12.4 Pressupostos extrínsecos de admissibilidade dos recursos.
- 12.5 Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso.
- 13 Recurso de revista.
 - 13.1 Pressupostos intrínsecos de admissibilidade.
 - 13.2 Prequestionamento.
 - 13.3 Matéria de fato.
 - 13.4 Efeitos.
 - 13.5 Juízo de admissibilidade.
 - 13.6 Recurso nos dissídios coletivos.
 - 13.7 Efeito suspensivo.
- 14 Execução Trabalhista.
 - 14.1 Execução provisória e execução definitiva.
 - 14.2 Carta de sentença.
 - 14.3 Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais.
 - 14.4 Execução de quantia certa contra devedor solvente.
 - 14.5 Execução de títulos extrajudiciais.
 - 14.6 Execução da massa falida.
 - 14.7 Liquidação da Sentença.
 - 14.8 Mandado de Citação.
 - 14.9 Penhora.
- 15 Embargos à Execução.
 - 15.1 Exceção de pré-executividade.
 - 15.2 Impugnação à sentença de liquidação.
 - 15.3 Embargos de Terceiro.
 - Fraude à execução.
- 16 Expropriação dos bens do devedor.
 - 16.1 Arrematação.
 - 16.2 Adjudicação.
 - 16.3 Remição.
 - 16.4 Execução contra a Fazenda Pública:
 - precatórios e
 - dívidas de pequeno valor.
- 17 Execução das contribuições previdenciárias:
 - competência,
 - alcance e
 - procedimento.
- 18 Inquérito para apuração de falta grave.
 - 18.1 Conceito e denominação.
 - 18.2 Cabimento.
 - 18.3 Prazo.
 - 18.4 Julgamento do inquérito.
 - 18.5 Natureza e efeitos da sentença.

- 19 Ações civis admissíveis no processo trabalhista:
 - ação de consignação em pagamento,
 - ação de prestação de contas,
 - mandado de segurança e
 - ação monitória.
- 19.1 Ação anulatória:
 - Ação anulatória de sentença e
 - Ação anulatória de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 20 Ação civil pública.
 - 20.1 Ação civil coletiva.
 - 20.2 Legitimados, legitimação autônoma, substituição processual, condenação genérica e liquidação.
 - 20.3 Coisa julgada e litispendência.
- 21 Dissídio Coletivo.
 - 21.1 Conceito.
 - 21.2 Classificação.
 - 21.3 Competência.
 - 21.4 Instauração:
 - prazo,
 - legitimação e
 - procedimento.
 - 21.5 Sentença normativa.
 - 21.6 Efeitos e vigência.
 - 21.7 Extensão das decisões e revisão.
 - 21.8 Ação de Cumprimento.
- 22 Ação rescisória no processo do trabalho.
 - 22.1 Cabimento.
 - 22.2 Competência.
 - 22.3 Fundamentos de admissibilidade.
 - 22.4 Juízo rescindente e juízo rescisório.
 - 22.5 Prazo para propositura.
 - 22.6 Início da contagem do prazo.
 - 22.7 Procedimento e recurso.
- 23 Tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho.
- 24 Procedimento ordinário, Procedimento sumário e Procedimento sumaríssimo.



DIREITO EMPRESARIAL:

- 1 Do Direito de Empresa.
 - 1.1 Do conceito de Empresa.
 - 1.2 Do Empresário.
 - 1.3 Da caracterização e da inscrição.
 - 1.4 Da capacidade.
 - 1.5 Do Microempreendedor Individual, Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
 - 1.6 Da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- 2 Da Sociedade.
 - 2.1 Disposições gerais.
 - 2.2 Da sociedade não personificada.
 - 2.3 Da sociedade em comum.
 - 2.4 Da sociedade em conta de participação.
 - 2.5 Da sociedade personificada.
 - 2.6 Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária
 - 2.7 Da distinção entre sociedade empresária e não empresária.
 - 2.8 Sociedade de Propósito Específico (SPE)
 - 2.9 Das sociedades de pessoas.
 - 2.10 Da sociedade simples.
 - 2.11 Da sociedade em nome coletivo.
 - 2.12 Da sociedade em comandita simples.
 - 2.13 Da sociedade limitada.
 - 2.14 Da sociedade em comandita por ações.
 - 2.15 Da sociedade cooperativa.
 - 2.16 Das sociedades coligadas.
- 3 Da liquidação da sociedade.
 - 3.1 Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades.
 - 3.2 Da nacionalidade da sociedade e da sociedade dependente de autorização.
- 4 Do Estabelecimento.
 - 4.1 Disposições gerais.
 - 4.2 Clientela e aviamento.
- 5 Dos Institutos Complementares:
 - 5.1 Registro Público de Empresas Mercantis,
 - 5.2 Nome empresarial,
 - 5.3 Dos prepostos e
 - 5.4 Da escrituração.
- 6 Das Sociedades por Ações.
 - 6.1 Lei n. 6.404/1976.
- 7 Dos Valores Mobiliários.
 - 7.1 Do Mercado de Valores Mobiliários.
 - 7.2 Da Comissão de Valores Mobiliários.
- 8 Da Recuperação Judicial, Da Recuperação Extrajudicial e da Falência do Empresário e

- da Falência da Sociedade Empresária.
- 9 Dos Contratos Empresariais.
- 10 Dos Títulos de Crédito.
- 11 Do Sistema Financeiro Nacional.
 - 11.1 Lei n. 4.595/1964.
 - 11.2 Do Regime de Administração Especial Temporária (RAET).
 - 11.3 Da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras.
- 12 Da Propriedade Intelectual.
 - 12.1 Das Patentes.
 - 12.2 Dos Desenhos Industriais.
 - 12.3 Das Marcas.
 - 12.4 Das Indicações Geográficas.
 - 12.5 Da Concorrência Desleal.
 - 12.6 Da Transferência de Tecnologia e da Franquia.
- 13 Da proteção da propriedade intelectual de programa de computador – Lei nº 9.609/1998.
- 14. Defesa da Concorrência. Lei n. 12.529/2011.
 - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
 - Infrações da Ordem Econômica.
 - Controle de Concentrações.
- 15 Ações de rito ordinário, Ações de rito sumário e Ações de rito especial.
 - 15.1 Petição inicial, contestação, exceções, reconvenção, impugnações, réplicas, memoriais e manifestações.
 - 15.2 Recursos.
 - 15.3 Cumprimento de sentença e processo de execução.
 - 15.4 Tutelas de urgência: tutela antecipada, tutelas cautelares.
 - 15.5 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.
- 16. Arbitragem.
 - 16.1 Lei n. 9.307/1996.

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO:

- 1 Hermenêutica do Direito Tributário:
 - vigência da lei tributária,
 - aplicação da lei tributária,
 - interpretação da lei tributária e
 - integração da lei tributária.
- 2 Legislação Tributária.
 - 2.1 Tratados.
 - 2.2 Convênios.
- 3 Direitos Humanos e Tributação:
 - o mínimo existencial,
 - as prestações estatais obrigatórias,
 - a justiça fiscal e
 - a dignidade da pessoa humana.
- 4 Sistema Tributário Nacional:
 - evolução constitucional,
 - os princípios constitucionais,
 - os limites constitucionais impostos ao poder de tributar.
- 5 Princípios Tributários Expressos e Princípios Tributários Implícitos.
- 6 Benefícios Fiscais:
 - imunidade,
 - isenção,
 - suspensão,
 - redução de alíquota,
 - redução de base de cálculo,
 - créditos presumidos,
 - redução de prazos de aproveitamento de créditos,
 - créditos presumidos,
 - isenção,
 - anistia,
 - moratória.
- 7 Competência Tributária.
 - 7.1 Competência Residual da União.
- 8 Espécies Tributárias:
 - Impostos.
 - 8.1 Taxas.
 - 8.2 Contribuições de Melhoria.
 - 8.3 Empréstimos Compulsórios.
 - 8.4 Contribuições Especiais.
 - 8.5 PIS,
 - COFINS,
 - CIDE,
 - Contribuições de Categorias Profissionais,
 - Regimes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica,
 - Distribuição de receitas tributárias.
- 9 Prescrição e Decadência.
- 10 Fato Gerador.
- 11 Lançamento Tributário.
- 12 Obrigação Tributária.
- 13 Crédito Tributário:

suspensão,
exclusão,
extinção,
privilégios do crédito tributário.
Contribuinte.

- 14 Substituto Tributário.
- 15 Responsabilidade Tributária.
- 16 Solidariedade Tributária.
Ilícito Tributário.
- 17 Planejamento Fiscal.
- 18 Impostos Aduaneiros.
- 19 Regimes Especiais de Tributação.
- 20 Repartição de receitas tributárias.
- 21 Administração Tributária.
- 22 Processo administrativo fiscal:
- 23 Consulta.
- 24 Contencioso administrativo.
- 25 Processo judicial Tributário.
- 26 Princípios aplicáveis ao processo administrativo e
Princípios aplicáveis ao processo judicial tributário.
- 27 Revisibilidade Administrativa do Lançamento.
- 28 Impugnação ao Auto de Infração.
- 29 Ações de iniciativa do fisco:
execução fiscal,
cautelar fiscal.
- 30 Ações de iniciativa do contribuinte:
Ação anulatória do débito fiscal,
Ação declaratória,
Ação de consignação em pagamento,
Ação de repetição de indébito,
mandado de segurança.
- 31 Recursos.
- 32 Tutela Antecipada contra o Poder Público.
- 33 Medida Cautelar.
- 34 Embargos à Execução Fiscal.
- 35 Exceção de Pré- Executividade.

DIREITO AMBIENTAL:

- 1 Princípios fundamentais.
- 2 Repartição de competências em matéria ambiental.
- 3 O Direito Ambiental na Constituição Federal.
- 4 Lei nº 6.938/1981 e suas alterações.
- 5 Decreto nº 4.297/2002 e suas alterações.
- 6 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações.
- 7 Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

OAB

- 1 Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94 e suas alterações).
- 2 Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.
- 3 Código de Ética e Disciplina da OAB.

FILOSOFIA DO DIREITO

- 2 O conceito Equidade.
Direito e moral.
- 3 A interpretação do direito:
A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo.
O método de interpretação pela lógica do razoável.
- 4 Direito Natural e Positivismo Jurídico.
- 7 Póspositivismo.
- 8 Direito,
moral e
ética.
- 9 Teoria Tridimensional do Direito.

DIREITOS HUMANOS

- 1 A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e principais documentos internacionais.
- 2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica – Decreto nº 678/1992).
- 3 A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

DIREITO ELEITORAL

- Crimes Eleitorais (Leis nº 4.737/1965 e 9.504/1997).